



1/2025 PPC - Consulta Prévia Fornecimento de Viaturas

Elétricas

CADERNO DE ENCARGOS



Índice

Cláusula 1ª - Objeto	3
Cláusula 2ª – Características das Viaturas	3
Cláusula 3ª – Contrato	4
Cláusula 4ª - Prazo	5
Cláusula 5ª - Obrigações principais do adjudicatário.....	6
Cláusula 6ª - Conformidade e operacionalidade dos bens	6
Cláusula 7ª - Entrega dos bens objeto do contrato	7
Cláusula 8ª - Preço contratual	7
Cláusula 9ª - Condições de pagamento	8
Cláusula 10ª – Negociação do Preço das propostas	8
Cláusula 11ª - Penalidades contratuais.....	9
Cláusula 12ª - Força maior.....	10
Cláusula 13ª - Resolução por parte da entidade adjudicante	11
Cláusula 14ª - Resolução por parte do adjudicatário.....	11
Cláusula 15ª - Foro competente	12
Cláusula 16ª - Comunicações e notificações.....	12
Cláusula 17ª - Contagem dos prazos	12
Cláusula 18ª - Legislação aplicável.....	13
Cláusula 19ª – Gestor de Contrato	13
Cláusula 20ª – Confidencialidade e proteção de dados.....	13
Anexo A – Proposta de preço	16



CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.ª

Objecto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas de cumprimento obrigatório para ambas as partes na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o Fornecimento de Viaturas Elétricas.

Cláusula 2.ª

Características das Viaturas

1 - Os veículos, a fornecer em estado novo e terá de respeitar as seguintes características:

Lote 1 - 2 Viaturas ligeira de Mercadorias 2/3 lugares

Características das Viaturas:

- a) *Quantidade: 2 unidades;*
- b) *Combustível: Elétrico;*
- c) *Lotação: 2 a 3 lugares;*
- d) *Caixa fechada;*
- e) *Nº de Portas: 5 – duas do lado esquerdo, duas do lado direito, sendo as posteriores deslizantes, e uma à retaguarda inteira ou em duas meias;*
- f) *Autonomia: Igual ou superior a 300 km;*
- g) *Bateria igual ou superior a 50KW;*
- a) *Carregamento compatível a 22KW;*
- b) *Cor Branco.*
- c) *Sensores de Estacionamento ou Câmara Traseira;*
- d) *Rádio.*

Lote 2 -1 Viatura ligeira de Passageiros 5 lugares

Características da Viatura:



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

- a) *Quantidade: 1 unidade;*
- b) *Combustível: Elétrico;*
- c) *Lotação: 5 lugares;*
- d) *Nº de Portas: 5;*
- e) *Autonomia: Igual ou superior a 300 km;*
- f) *Bateria igual ou superior a 50KW;*
- g) *Carregamento compatível a 22KW;*
- h) *Cor Branco.*
- i) *Sensores de Estacionamento ou Câmara Traseira;*
- j) *Rádio.*

2 - Prazo e garantia

O Adjudicatário obrigar-se-á:

- a) Prestar gratuitamente manutenção e assistência técnica, durante 5 anos ou 160 mil Km, na oficina que indicar na proposta.
- b) Assistência técnica na Madeira;

3 - Prazo de entrega é de 60 dias após a adjudicação;

4 - Formação:

- a) Prestar formação aos operadores;
- b) Prestar formação no âmbito da manutenção de primeiro grau aos técnicos de divisão de gestão de frota.

5 -As viaturas deverão ser entregues na Santa Casa da Misericórdia da Calheta, sita na Estrada Simão Gonçalves da Câmara ER 224 nº 91, 9370-139 Calheta.

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato será composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos e seu anexo;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos prestados pelo adjudicatário, sobre a proposta adjudicada.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Prazo

- 1. Os contratos terão início com a sua celebração e mantêm-se em vigor pelo prazo de 60 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 2. O adjudicatário tem o prazo de 60 dias para entrega das viaturas na Santa Casa da Misericórdia da Calheta, sita na Estrada Simão Gonçalves da Câmara ER 224 nº 91, na freguesia da Calheta, sendo os custos suportados pelo adjudicatário.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega da viatura identificada na sua proposta dentro do prazo acima referido;
- b) Obrigação de garantia das viaturas objeto do contrato;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico;
- d) O adjudicatário obriga-se a respeitar na íntegra as características técnicas exigidas pela entidade adjudicante no que se refere às viaturas conforme descrito na cláusula 2.ª deste Caderno de Encargos.

Cláusula 6.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

- 1 — O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante, os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
- 2 — As viaturas, objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de ser utilizadas para os fins a que se destinam e dotada de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
- 4 — O adjudicatário é responsável perante a Santa Casa da Misericórdia da Calheta, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objecto do contrato que existam no momento da entrega dos bens.



Cláusula 7.ª

Entrega dos bens objecto do contrato

1 — Os bens objeto do contrato deverão ser entregues na Santa Casa da Misericórdia da Calheta, sita na Estrada Simão Gonçalves da Câmara ER 224 nº 91, na freguesia da Calheta.

2 — O adjudicatário entregará juntamente com os veículos os seguintes documentos, redigidos em língua portuguesa:

- a) Catálogo elucidativo sobre o funcionamento e manutenção;
- b) Catálogo das peças;
- c) Manual da Oficina;
- d) Manual do operador.

Cláusula 8.ª

Preço contratual

1 - Preço base por lote:

O preço base do lote 1 – 2 Viaturas ligeira de Mercadorias de 2/3 lugares **60.000,00 €** (sessenta mil euros);

O preço base do lote 2 – 1 Viatura Ligeira de Passageiros de 5 lugares é de **25.500,00 €** (vinte e cinco mil e quinhentos euros);

2 - O preço base total é de **85.500,00€ (Oitenta e cinco mil e quinhentos euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor** não podendo o concorrente apresentar uma proposta de preço superior ao valor base total sob pena de ser excluído, nem uma proposta de preço superior ao preço base de cada lote individualmente.

3 - Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Santa Casa da Misericórdia da Calheta deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

4 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída á entidade adjudicante, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 9.ª

Condições de pagamento

- 1 As quantias devidas pela entidade adjudicante, Santa Casa da Misericórdia da Calheta, nos termos da cláusula anteriores, devem ser pagas por cheque ou transferência bancária, até ao final do mês seguinte ao da receção pelos respetivos serviços da correspondente fatura.
- 2 As quantias devem ser pagas no prazo de 60 dias após a contar da emissão da fatura pela entidade adjudicante depois de comprovada a prestação de serviço ou o recebimento do bem objeto do contrato.
- 3 Em caso de discordância detetada pela entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve o mesmo comunicar, por escrito, ao adjudicatário os respectivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 10.ª

Negociação do Preço das Propostas

Não há negociação de preços das propostas.



Cláusula 11.ª

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Santa Casa da Misericórdia da Calheta pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega do bem objecto do contrato, até 5% do preço contratual;
- b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 5% do preço contratual;
- c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até 5% do preço contratual.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento ao adjudicatário, a Santa Casa da Misericórdia da Calheta, pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço contratual.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente ao bem objecto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respectiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante, tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 — A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante, exija uma indemnização pelo dano excedente.



Cláusula 12.ª

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Santa Casa da Misericórdia da Calheta, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, no caso de *atraso*, total ou parcial, na entrega dos bens, viaturas, objeto do contrato superior a quinze dias de notificação de atraso ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias ou o montante em dívida exceda 10% do preço contratual, excluindo juros.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

2 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas de juros de mora a que houver lugar.

3 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do foro do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.ª

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.



Cláusula 18.ª

Legislação aplicável

Em tudo o mais não previsto no Caderno de Encargos e no Convite, aplicar-se-á o previsto no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 19.ª

Gestor do Contrato

O Gestor do Contrato acima identificado Marlene Teixeira Gomes Melim Técnica Superior na Santa Casa da Misericórdia da Calheta, com o email: marlene.gomes@scmcalheta.pt.

Clausula 20ª

Confidencialidade e proteção de dados

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.
3. A adjudicatária compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA CALHETA

4. No caso em que a adjudicatária seja autorizada pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5. A adjudicatária obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP) e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a adjudicatária celebra com outras entidades por si subcontratadas.

6. A adjudicatária obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.



7. A adjudicatária será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8. Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à adjudicatária, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a adjudicatária e o referido colaborador.

9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

10 – A entidade adjudicante compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.



ANEXO A

PROPOSTA DE PREÇO

(Indicar nome e sede do concorrente individual ou das entidades que constituem o agrupamento), depois de ter (em) tomado conhecimento do objeto do concurso para obriga(m)-se a fornecer todos os bens que constituem este fornecimento em conformidade com o presente programa de procedimento, pelo preço global de "..... " (por algarismos e por extenso), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado. Ao referido preço acresce o imposto sobre o valor acrescentado a taxa legal em vigor, perfazendo um total de.....

Para o lote 1 o valor de €..... a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Para o lote 2 o valor de €..... a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Mais declara (m) que se submete (m), em tudo o que respeita a execução do Contrato, a legislação portuguesa em vigor.